CONTRIBUTO DE ANGOLA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CONTINENTE AFRICANO PARA A ARQUITETURA DA PAZ E SEGURANÇA (2014-2024)¹

Francisco Domingos Kiosa²

RESUMO

Este artigo traz a abordagem sobre a consolidação da paz que Angola tem promovido no continente africano ao longo dos últimos anos. Com a paz alcançada, o país projetou-se na esfera internacional, adotando uma política de defesa voltada para a manutenção da segurança e integridade do seu território, em defesa da sua soberania e da estabilidade regional. O continente enfrenta graves desafios de segurança e estabilidade política, que comprometem a proteção e o bem-estar das suas populações. Sendo uma potência militar no continente, com vasta experiência em conflitos armados, o país desempenha um papel crucial na arquitetura de paz e segurança em África, investindo e colaborando ativamente para a estabilidade. Desta forma, o país afirma-se como um agente fundamental na promoção de medidas de proteção e cooperação que visam o fortalecimento da segurança regional. O artigo orienta-se pela seguinte questão de investigação: de que forma a política externa angolana tem contribuído para a consolidação da paz e segurança no continente africano? O presente artigo tem como objetivos: examinar a postura de Angola em questões de paz e segurança no continente africano no período pós-independência; analisar o desenvolvimento da sua política externa; examinar o contexto político e económico, assim como as escolhas de alianças feitas pelo governo angolano na busca pela realização das suas aspirações regionais e internacionais; e avaliar os desafios que Angola enfrenta no campo da segurança estatal. Para tal, a pesquisa assume uma abordagem de revisão bibliográfica e documental, por meio da análise de relatórios de instituições angolanas e africanas. A bibliografia baseia-se em obras académicas e ensaios de referência, bem como em fontes secundárias, que serão citadas no final deste documento.

Palavras-chave: Angola - política externa; União Africana; forças de paz - Angola; segurança internacional.

ABSTRACT

This article presents an approach to the consolidation of peace that Angola has promoted on the African continent over the last few years. With the peace achieved, the country has projected itself on the international scene, adopting a defense policy focused on maintaining the security and integrity of its territory, in defense of its sovereignty and regional stability. The continent faces serious security and political stability challenges, which compromise the protection and well-being of its populations. As a military power on the continent, with vast experience in armed conflicts, the country plays a crucial role in the architecture of peace and security in Africa, investing and actively collaborating for stability. In this way, the country asserts itself as a key agent in the promotion of protection and cooperation measures aimed at strengthening regional security. The article is guided by the following research question: how has Angolan foreign policy contributed to the consolidation of peace and security on the African continent? The objectives of this article are: to examine Angola's stance on peace and security issues on the African continent in the post-independence period; to analyze the development of its foreign policy; to examine the political and economic context, as well as the alliance choices made by the Angolan government in the pursuit of realizing its regional and international aspirations; and to assess the challenges that Angola faces in the field of state security. To this end, the research adopts a bibliographic and documentary review approach, through the analysis of reports from Angolan and African institutions. The bibliography is based on academic works and reference essays, as well as secondary sources, which will be cited at the end of this document.

Keywords: Angola - foreign policy; African Union; peacekeeping forces - Angola; international security.

---

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros.

² Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bacharel em Humanidades e graduando em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Angola é um Estado soberano localizado na costa ocidental africana, limitado a norte e nordeste pela República Democrática do Congo e pela República do Congo (Congo Brazzaville), a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Dotado de vastos recursos naturais, o país é alvo de interesses geopolíticos e de disputa entre potências estrangeiras que exercem forte pressão na exploração massiva das suas matérias-primas.

Com a independência dos países africanos, em especial dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), estes adquiriram soberania sobre os seus territórios. Desde então, têm-se organizado interna e externamente nos domínios político e económico, recorrendo a apoios internacionais como os de Cuba, China, Estados Unidos, Brasil e Portugal, a fim de se afirmarem no cenário internacional e fortalecerem as suas posições de poder a nível regional. Atualmente, Angola destaca-se como um dos maiores produtores de petróleo em África, sendo também um mercado estratégico na África Central. Segundo Cunha (s.d)³, “Angola tem vastas reservas de petróleo e é um dos maiores produtores de petróleo da África e do mundo”.

Para uma compreensão adequada do panorama da política externa angolana, torna-se necessário recuar no tempo e analisar o contexto político em que se insere. O presente artigo tem como objetivos: examinar a postura de Angola em questões de paz e segurança no continente africano no período pós-independência; analisar o desenvolvimento da sua política externa; examinar o contexto político e económico, assim como as escolhas de alianças feitas pelo governo angolano na busca pela realização das suas aspirações regionais e internacionais; e avaliar os desafios que Angola enfrenta no campo da segurança estatal. Para tal, a pesquisa assume uma abordagem de revisão bibliográfica e documental, por meio da análise de relatórios de instituições angolanas e africanas. A bibliografia baseia-se em obras académicas e ensaios de referência, bem como em fontes secundárias, que serão citadas no final deste documento. O artigo orienta-se pela seguinte questão de investigação: de que forma a política externa angolana tem contribuído para a consolidação da paz e segurança no continente africano?

Angola vivenciou múltiplos processos de transição política, destacando-se três momentos essenciais. O primeiro corresponde à conquista da independência, proclamada por três movimentos de libertação nacional: Movimento Para Libertação de Angola, o (MPLA), a União Nacional Para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). É importante identificar que a proclamação da independência

---

³ Disponível em: https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/8653908/mod_resource/content/1/Petr%C3%B3leo%20Angola%20ODS.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024

por parte desses partidos foi em datas diferentes. Em primeiro lugar, o MPLA manifestou a independência em 11 de novembro de 1975, reconhecido pelo Brasil. O modelo de Estado-nação adotado foi o regime socialista, sustentado pelo apoio de Cuba e da URSS. A segunda fase foi em 1991, com a celebração de um acordo de cessar-fogo. Com efeito, no ano seguinte houve a transição política, em que o regime autoritário cedeu espaço para o multipartidarismo, consolidada com a realização das primeiras eleições democráticas. Por fim, e não menos importante, o fim da Guerra Civil que culminou a celebração do acordo de paz no dia 4 de abril de 2002, data que atualmente se comemora o Dia da Paz e da Reconciliação Nacional.

No entanto, diríamos que a partir de então houve uma reconfiguração da Política Externa Angolana (PEA), especialmente na área da segurança.

Segundo informações do Ministério das Relações Exteriores de Angola (MIREX), a guerra civil, que dilacerou o país entre 1975 e 1991, resultou em milhares de mortes, mutilações e incapacitações, além de ter dificultado a exploração dos valiosos recursos económicos e impedido o desenvolvimento nacional. Esta situação comprometeu a presença de Angola no cenário internacional e retardou o progresso do país em múltiplas frentes (MIREX, *online*).⁴

No sistema internacional anárquico, o Estado é considerado o principal ator nas relações internacionais, sendo os Estados os pilares fundamentais da promoção da paz e segurança. Conforme Nader (2011, p. 54), “a paz e a segurança internacionais decorrem da certeza de que, em função da anarquia reinante no sistema internacional, apenas a concertação política que modere os apetites das potências é capaz de neutralizar a tendência dos Estados à satisfação unilateral”. A segurança coletiva, contudo, é apenas uma das vias para a manutenção da paz, podendo contar com estratégias de contenção prévias a um conflito iminente.

Com o surgimento da ONU em 1945, houve uma tentativa de institucionalização de um mecanismo de segurança coletiva que tornasse a guerra um meio desnecessário para a preservação da paz. Esta organização intergovernamental confere assentos exclusivamente aos chefes de Estado, consolidando-se como um espaço de concertação entre as nações para a prevenção de conflitos e o fortalecimento da segurança internacional. Do ponto de vista das teorias das relações internacionais, os realistas e os neorrealistas, Trindade (s.d)⁵ argumenta que eles, “concebem a paz como uma situação temporária que termina quando alianças se esfacelam ou quando o poder dissuasório de um Estado deixa de ser suficiente para inibir uma agressão

---

⁴ Disponível em: <https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/#!/sobre/história>>. Acesso em: 1 nov. 2024.

⁵ Diego Trindade – A paz no conflito entre teorias das relações internacionais. Disponível em: https://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Teoria_das_Relacoes_Internacionais/TRIS%2013_Diego%20Trindade%20d'+%FCvila%20Magalh+%FAes%20A%20PAZ%20NO%20CONFLITO%20ENTRE.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

armada de outro Estado”. Como podemos ver na perspectiva de realismo político, a paz é vista como uma consequência da força e da capacidade de um Estado se defender ou dissuadir outras potências, e não como um objetivo ou valor permanente. Entretanto, para os realistas, a guerra é sempre uma possibilidade, e a paz só é garantida quanto os fatores que sustentam a dissuasão e as alianças forem fortes. Quando esses fatores falham, a guerra pode ser vista como uma consequência inevitável.

Diante desse cenário, observa-se, na nossa contemporaneidade, uma tendência global de criação de organizações regionais, extrarregionais entre países alinhados em estratégias concertadas de autodefesa e de apoio ao desenvolvimento sustentável. Estas alianças, de caráter regional e regionalizado, permitem aos Estados alcançar objetivos nacionais que, de outra forma, seriam difíceis, senão impossíveis, de aspirar numa perspectiva isolacionista e desarticulada. As convergências político-estratégicas conjunturais promovem a partilha de interesses, espaços, objetivos e, até certo ponto, da própria soberania, delegando responsabilidades políticas e estratégicas. Os desafios e ameaças globais atuais requerem soluções e respostas melhor estruturadas, organizadas e robustas, com um enfoque progressista.

Esta tendência é particularmente visível em África, com o surgimento das organizações regionais africanas, como a Organização de Unidade Africana (OUA), criada em 1963, e sua posterior transformação, em meados de 2002, na União Africana (UA). Na África Subsariana, destaca-se a criação da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) em 1981 e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 1992, configurando-se um sistema regional de segurança inovador. Estas organizações passaram a ser reconhecidas, em suas respectivas áreas de influência, como atores essenciais para a integração econômica e securitária tanto da região subsaariana quanto de todo o continente africano (Almeida, 2011).

Diante do novo quadro geopolítico, os Estados e organizações africanas atribuíram maior importância ao elemento da segurança, pois, sem a paz, a estabilidade político-social é comprometida, dificultando a construção de um desenvolvimento sustentável. Neste contexto, em 2003, foi criada a Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), com o objetivo de contribuir para o incremento dos índices de segurança regional, constituindo-se como um dispositivo promotor de paz e segurança no continente. A APSA atribui um papel estratégico aos atores globais e, principalmente, aos regionais, na dinamização das políticas político-estratégicas e na sua efetivação operacional.

Angola tem-se destacado pela atenção dada a esta área, especialmente no que se refere ao fortalecimento da sua política externa regional e ao desenvolvimento das Forças Armadas

Angolanas (FAA). Como aponta Bernardino (2015, p. 169), trata-se de um “aspecto ao qual a República de Angola tem vindo a dedicar maior atenção, e que, tendencialmente, tornar-se-á mais relevante e estratégico no atual contexto de afirmação da sua política externa regional”.

A política de defesa nacional angolana aposta no desenvolvimento do setor da segurança e de defesa do Estado, que alavancado no crescimento econômico e na estratégia de afirmação regional, assenta na capacitação do instrumento militar e nas orientações estratégicas para que as Forças Armadas façam parte dos mecanismos proactivos de cooperação regional, permitindo-lhes contribuir para a afirmação de Angola na região e na África. Neste âmbito, a interdependência entre os fatores de afirmação, como é o controlo da soberania transfronteiriça e as contribuições para a segurança nos países vizinhos, concorrem também para reforçar a segurança e estabilidade interna (Bernardino, 2015, p. 170).

O nosso artigo se encontra dividido em três partes, na qual a primeira seção busca-se explorar sobre a política externa Angola desde a construção do Mirex, seus princípios, a sua inserção e os *modus operandi* na política de defesa angolana. Na segunda procura-se analisar o papel de Angola na União Africana, como tem dirigido as suas políticas de segurança internacional perante esse organismo. Na última seção procura-se analisar sobre as ações da FAA e a sua participação ativa a nível de África.

2 POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA (PEA)

Compreender a política externa angolana implica analisar as suas raízes desde a independência, em especial a criação do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), em 12 de novembro de 1975. Desde então, o país assumiu o seu lugar no sistema mundial apesar da bipolaridade, e gradualmente, adaptou-se às mudanças aceleradas que direcionaram o mundo para um sistema unipolar e uma economia globalizada.

Embora o Estado angolano tenha adotado o regime de partido único, inspirado no modelo do bloco do Leste Europeu, manteve relações de cooperação com países ocidentais capitalistas, demonstrando um princípio de política diplomática independente. A expressão internacional dessa independência reforçou-se no Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA), permitindo a Angola optar pela neutralidade nos conflitos entre os dois blocos e preservar a sua soberania. Em contrapartida, o país mostrou, assim, a sua disposição para cooperar com qualquer nação, desde que respeitasse a sua soberania.

A República de Angola pauta-se pelos princípios estabelecidos na sua Constituição, nas cartas da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Africana, promovendo

relações de amizade e cooperação com todos os Estados e povos. De acordo com o MIREX⁶, os princípios que regem essa política incluem: respeito pela soberania e independência nacional; igualdade entre os Estados; direito dos povos à autodeterminação e independência; solução pacífica dos conflitos; respeito pelos direitos humanos; não ingerência nos assuntos internos de outros Estados; reciprocidade de vantagens; repúdio e combate ao terrorismo, narcotráfico, racismo, corrupção e tráfico de seres humanos; e cooperação para a paz, justiça e progresso da humanidade.

Dentro desse quadro de princípios, o Estado angolano não permite a instalação de bases militares estrangeiras no seu território, sem prejuízo da sua participação, no âmbito das organizações regionais ou internacionais, em forças de manutenção da paz e em sistemas de cooperação militar e de segurança coletiva.

O país já vem participando ativamente na arquitetura de paz e segurança africana, mesmo antes de alcançar a sua paz interna em 2002. A colaboração com a Zâmbia, o Zimbábue e Moçambique, formando os países da linha da frente, posicionou Angola contra a invasão sul-africana no território namibiano, contribuindo para a independência e o fim do Apartheid na Namíbia. Isto demonstrou, de forma inequívoca, que o Estado angolano e as suas Forças Armadas estão dispostos a dar o seu melhor em prol da paz e segurança regionais, tanto no âmbito da União Africana como das organizações regionais (Miguel, 2017).

Desde o início da década de 2000, o país tem mantido uma política de segurança que lhe rendeu elogios a nível nacional e internacional. Situado numa região marcada por conflitos, Angola tem projetado sua influência na busca pela estabilidade e manutenção da paz no continente africano. Segundo Júnior (2017, p. 3), “a arquitetura de um sistema de segurança e paz implica olhar para duas direções: segurança nacional e segurança regional”, pois a segurança regional depende da consolidação da segurança nacional.

Nessa perspetiva, a atual política de defesa angolana visa o desenvolvimento do setor de segurança e defesa, alicerçando-se no crescimento económico e na estratégia de afirmação regional. Conforme Bernardino (2015, p. 3), esta política “assenta na capacitação do instrumento militar e nas orientações estratégicas para que as Forças Armadas façam parte dos mecanismos proactivos de cooperação regional, permitindo-lhes contribuir para a afirmação de Angola na região e em África”.

Nesse contexto, Angola tem procurado afirmar a sua política regional de forma pragmática, buscando criar condições necessárias para uma estabilidade político-social que

---

⁶ Disponível em: <https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/#!/politica-externa/politica-externa>. Acesso em: 10 set. 2024.

favoreça um desenvolvimento sustentado (Bernardino, 2015). As Forças Armadas Angolanas (FAA) têm um dos maiores orçamentos de defesa em África, e têm vindo a desempenhar um papel importante no que se refere às políticas de defesa e segurança a nível nacional, regional e mundial. Deste modo, diríamos que tais estratégias lhe têm permitido assumir a responsabilidade fundamental de defesa contra agressões e ameaças internas e externas, destacando-se a fiscalização marítima, no Atlântico Sul.

O Atlântico Sul, uma região geopoliticamente significativa e com sérios problemas de segurança, tem uma extensão de cerca de 7.800 km de costa africana, abrangendo um espaço desde a Guiné-Bissau até à África do Sul, passando pelo Golfo da Guiné. Segundo a Euronews (2021), esta região tornou-se, em 2020, a zona marítima mais perigosa do mundo, com um aumento exponencial de ataques piratas a petroleiros, devido à ação de grupos fortemente armados que operam na região.

Vale enfatizar que a região do Golfo da Guiné possui vastas reservas de petróleo, e cinco dos onze países que a compõem são produtores de petróleo. As atividades de pirataria na região incluem o tráfico de armas, contrabando de petróleo e raptos, afetando especialmente as águas territoriais da Nigéria e da Guiné Equatorial (Euronews, 2021). Nesse contexto, Angola tem se esforçado para conter o tráfico de armas ilegais e proteger a rota atlântica marítima, contribuindo para a segurança do continente africano.

Se, no espaço geográfico, o Golfo da Guiné abrange territórios entre a Libéria e o Gabão, em termos geopolíticos, a área vai da perpendicular de Cabo Verde/Senegal a Angola. Todavia, e para a análise do tema que aqui se desenvolve, vai ser considerada a área geopolítica correspondente à da Comissão do Golfo da Guiné – que vai da Nigéria a Angola –, principalmente no que diz respeito à segurança marítima e como o Golfo é importante para a salvaguarda do trânsito marítimo no Atlântico (Almeida, 2022. p. 12).

De acordo com Almeida (2022), o tráfico de armas constitui um dos maiores problemas enfrentados pelo continente africano, estimando-se que existam cerca de 100 milhões de armas de fogo leves ilegais em circulação. Os organismos internacionais, como a União Africana (UA) e a Organização das Nações Unidas (ONU), têm adotado medidas relevantes para combater práticas ilícitas relacionadas com o controlo de armas. Nesse contexto, destaca-se a Convenção de Kinshasa, formalmente designada Convenção da África Central para o Controlo de Armas Leves e de Pequeno Porte (ONU, 2017), que entrou em vigor no dia 8 de março de 2017, após a ratificação pelo Governo de Angola. Este tratado é considerado um dos principais instrumentos adotados pela UA para conter a proliferação de armas ligeiras na região (Almeida, 2022).

A cooperação regional revela-se fundamental para a superação de problemas como a pirataria marítima, que ameaça não apenas as rotas comerciais, mas também o abastecimento de hidrocarbonetos. Angola e São Tomé e Príncipe têm intensificado a sua cooperação bilateral, com maior destaque para a segurança e a exploração dos recursos marítimos.

Conforme salientam Silva e Monteiro (2022), o reforço da cooperação nestes setores afigura-se como uma das principais prioridades para os países da região do Golfo da Guiné, como expressado pelos presidentes Carlos Vila Nova, de São Tomé e Príncipe, e João Lourenço, de Angola.

Dessa forma, fica evidente que a Política Externa Angolana (PEA), em matérias de segurança, tem sido conduzida com determinação, a fim de posicionar Angola como uma das principais potências de defesa e segurança, tanto no contexto regional quanto global. Um exemplo significativo dessa estratégia foi a estabilidade política conquistada por Angola, que lhe garantiu um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro não-permanente, no período de 2015-2016. Este feito consolidou o *status* de Angola como uma potência de segurança na África Central, além de fortalecer suas aspirações em alcançar realizações de maior vulto no cenário internacional.

3 ANGOLA NA UNIÃO AFRICANA

Desde a sua adesão à Organização Pan-Africana no dia 12 de fevereiro de 1976, Angola tem reafirmado o seu compromisso com os valores da solidariedade e cooperação africanas. No discurso de abertura da Cimeira da União Africana (UA), no dia 28 de janeiro de 2018, o Presidente João Lourenço destacou a importância da independência de Angola e a proximidade com os desafios enfrentados pelo continente. A UA, composta por 55 países, é uma plataforma fundamental para Angola, que tem desempenhado um papel crescente e significativo, especialmente nas reformas institucionais e financeiras da organização.

A participação ativa de Angola na União Africana (UA) tem sido fundamental para consolidar a sua posição como um dos principais líderes continentais, não apenas pelo seu significativo apoio financeiro, mas também pela crescente presença de quadros angolanos em posições de liderança dentro da organização. A contribuição financeira de Angola, sendo uma das seis maiores da UA, ao lado de países como Argélia, Egito, Nigéria, África do Sul e Marrocos, reflete o compromisso da nação com a estabilidade e o desenvolvimento do continente africano, sendo um exemplo de como os recursos financeiros podem impulsionar a

implementação de políticas de segurança e cooperação entre os Estados membros.

Além do impacto financeiro, a presença de representantes angolanos em cargos de destaque dentro da UA também tem sido estratégica. A eleição da Embaixadora Josefa Sacko como Comissária para a Economia Rural e Agricultura em 2017, por exemplo, simboliza o empenho de Angola na promoção de políticas agrícolas sustentáveis e no fortalecimento da segurança alimentar no continente. A atuação de Maria Teresa Manuela, membro da Comissão para os Direitos Humanos e dos Povos, também é um reflexo do compromisso do país com a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento das instituições democráticas africanas.

A reeleição de Sebastião da Silva Isata para a presidência da Comissão de Direito Internacional da UA e a nomeação de Matias Bertino Matondo como Representante Especial para a República Centro-Africana demonstram o reconhecimento internacional da competência e da contribuição diplomática de Angola nas áreas de direito internacional e mediação de conflitos, respetivamente. Esses posicionamentos reforçam o papel de Angola como um ator chave na formulação e implementação de políticas de paz, segurança e governança no contexto africano.

Dessa forma, a presença de Angola em órgãos de decisão da União Africana não só reafirma sua relevância no processo de integração continental, mas também amplifica a sua capacidade de influenciar questões de segurança, desenvolvimento e direitos humanos, consolidando sua liderança na África e além. Com presença regular em órgãos da UA como a Assembleia-Geral, o Conselho Executivo e o Conselho de Paz e Segurança, Angola tem contribuído ativamente para as decisões estratégicas da organização, consolidando sua posição como um ator influente no cenário africano e internacional. Além disso, de acordo com o MIREX (*s.d.*)⁷, Angola assinou aproximadamente 40 dos 69 tratados da União Africana e ratificou mais de 20. A participação de Angola no Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana tem sido destacada ao longo dos anos, com mandatos cumpridos em 2007, 2010 e 2018. Durante estes períodos, o país exerceu a presidência rotativa do CPS e, em 2019, sediou uma sessão ministerial em Luanda, com o tema “Reconciliação Nacional, Restauração da Paz, Segurança e Reconstrução da Coesão em África”. Angola tem demonstrado prontidão e coerência em tratar de questões relacionadas à paz, segurança e reconciliação nacional, tornando-se um elemento de consulta para diversas entidades internacionais. Diplomatas de países como os Estados Unidos e o Reino Unido, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, procuraram o Representante Permanente de Angola junto à União

---

⁷ Disponível em: <https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/#!/politica-externa/uniao-africana>. Acesso em: 2 de out. 2024.

Africana, Embaixador Francisco da Cruz, para discutir temas de interesse mútuo.

Ao longo de seus mandatos no CPS, Angola contribuiu com debates importantes sobre prevenção de conflitos, imigração, eleições, democracia e boa governança, a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), segurança marítima, direitos humanos, combate à pobreza e ao terrorismo, mudanças climáticas, refugiados e deslocados internos, entre outros temas. Sua contribuição reflete o compromisso com os princípios da União Africana e os objetivos da Agenda 2063.

O governo angolano tem reforçado a cooperação com a Comissão da União Africana (CUA) e apoiado as reformas institucionais e financeiras da organização. O presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, reconheceu a “importância estratégica” de Angola para a paz e segurança no continente africano.

O trabalho de Angola na arquitetura de paz e segurança africana, iniciado com o ex-presidente José Eduardo dos Santos e continuado por João Lourenço, foi reconhecido em 2023, quando Lourenço foi nomeado “Campeão para a Reconciliação e Paz em África”. Esse reconhecimento decorre de seu compromisso com a pacificação do continente, particularmente na região dos Grandes Lagos e outras áreas de instabilidade. Como “Campeão para a Paz e Reconciliação”, o presidente angolano tem impulsionado soluções pacíficas para resolver crises regionais e tem se manifestado contra práticas ilegais e antidemocráticas, como golpes de Estado e regimes ilegítimos que geram insegurança em África.

O Chefe de Estado angolano (BIEL, *online*)⁸, expressou seu pesar em relação a essas práticas políticas, que, segundo ele, parecem representar um retrocesso de mais de cinco décadas após a independência dos países africanos. Ele ressaltou que comportamentos como esses já deveriam ter sido deixados para trás, sendo registrados na história como episódios de má memória, e que não se esperava que se repetissem no contexto atual. Tal declaração reflete a posição de Angola contra práticas políticas regressivas, como golpes de Estado e a instalação de regimes ilegítimos, que geram instabilidade no continente africano.

De acordo com o presidente João Lourenço, (BIEL, *Online*)⁹, o terrorismo e as mudanças inconstitucionais de governos não devem ser considerados atos justificáveis, pois encorajaria os responsáveis a acreditar que violar os princípios democráticos e os direitos humanos, optando pela ilegalidade, é uma prática que vale apenas para o futuro. Essa posição reflete a determinação de Angola em combater práticas políticas antidemocráticas e garantir

---

⁸ Disponível em: <https://www.bienaldeluanda.gov.ao/presidente-da-republica-designado-campeao-para-a-reconciliacao-e-paz-em-africa>. Acesso em: 17 nov. 2024.

⁹ Disponível em: <https://www.bienaldeluanda.gov.ao/presidente-da-republica-designado-campeao-para-a-reconciliacao-e-paz-em-africa>. Acesso em: 4 de dez. 2024.

que a estabilidade e a segurança do continente africano não sejam comprometidas por ações ilegítimas.

Lourenço também destacou a importância da rápida operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta, um mecanismo destinado a intervir em situações críticas que ameacem a estabilidade e segurança dos países, regiões e do continente em geral. Ele sublinhou a necessidade de construir um consenso sobre a noção de segurança partilhada em África, reforçando a ideia de que a estabilidade de um país só pode ser alcançada com a colaboração e o respeito pela segurança de todos os demais países do continente.

A nomeação de João Lourenço como “Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação em África” foi uma decisão tomada na Cimeira sobre o Terrorismo e Mudanças Inconstitucionais de Governos em África, realizada em maio de 2022, na Guiné Equatorial. Esse reconhecimento, que também estabeleceu o dia 31 de janeiro de 2023 como o “Dia da Paz e Reconciliação em África”, reflete o papel crucial de Angola na promoção da paz e da estabilidade no continente. A missão de Lourenço visa consolidar a paz e a coesão, tanto a nível nacional como regional e continental, com especial destaque para os esforços de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

4 FAA: MISSÃO DE APOIO À PAZ E AJUDA HUMANITÁRIA

A República de Angola, sendo membro de diversas organizações regionais e internacionais, como a ONU, União Africana (UA), SADC, CEEAC e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tem se posicionado de maneira significativa no cenário global. A sua participação ativa nestes organismos tem sido crucial para promover a sua imagem e fortalecer a sua posição nas questões internacionais, destacando-se como um ator de relevância no cenário político e de segurança global.

Como observa Bernardino (2017), a crescente profissionalização das Forças Armadas Angolanas (FAA) tem sido um fator determinante para a sua integração e colaboração eficaz em operações internacionais. As FAA têm vindo a destacar-se em exercícios militares no âmbito da União Africana, particularmente nas *African Standby Brigades*, e também têm sido participantes ativos dentro da CPLP. Além disso, Angola tem estabelecido uma parceria estratégica com o Comando Africano dos Estados Unidos (US AFRICOM), o que fortalece sua posição no plano de segurança internacional.

Essas filiações e parcerias não só têm contribuído para o desenvolvimento das FAA,

como também refletem o compromisso de Angola com a defesa coletiva, a segurança regional e a ajuda humanitária. Nesse contexto, Angola tem projetado sua imagem como um país responsável, comprometido com a estabilidade e a paz no continente africano, consolidando-se como um líder regional nas questões de segurança e cooperação internacional.

O impacto da criação das FAA para a segurança interna de Angola – seja por via de intervenções em países vizinhos, quer no âmbito da SADC, quer em cooperação com forças militares do Zimbabué e da Namíbia, na República do Congo e na República Democrática do Congo, em defesa das fronteiras angolanas, nomeadamente em Cabinda nos apresenta como as FAA se tornaram num fator chave para a estratégia política e diplomática de Angola, tanto no concerto regional, como no apoio a outros países de língua portuguesa, no caso da Guiné-Bissau e na tentativa de modernização das suas Forças Armadas, em 2011, por via da Missão Militar Angolana na Guiné Bissau – MISSANG (Bernardino, 2017, p. 248).

A participação das Forças Armadas Angolanas (FAA) em contextos de segurança regional, como o caso da Guiné-Bissau, destaca a complexidade da atuação de Angola em intervenções estratégicas em comparação com uma simples participação em operações multilaterais, como aquelas conduzidas pela ONU. No caso específico da Guiné-Bissau, a intervenção de Angola vai além do envio de tropas para uma missão de paz; trata-se de um envolvimento estratégico que reflete tanto os interesses de Angola quanto a sua posição geopolítica no continente africano.

Em relação à União Africana (UA), o envolvimento de Angola é fundamentado nas disposições do artigo 4.º do seu Estatuto, que garante a possibilidade de intervenção da organização em situações de genocídio, crimes contra a humanidade e, mais genericamente, para a restauração da paz e segurança entre os Estados membros. Esse dispositivo jurídico permite a ação coletiva de intervenção militar, respeitando a soberania e a integridade territorial dos Estados, mas viabilizando uma resposta rápida e coordenada em cenários de crise extrema. Essa abordagem reflete o compromisso da UA com a segurança regional, tendo Angola se posicionado como um dos principais atores nesses esforços.

Relativamente ao caso da Guiné-Bissau, a intervenção de Angola através da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG) tem uma dimensão estratégica, sendo um reflexo da sua política de apoio aos países de língua portuguesa, no âmbito da CPLP, mas também de sua busca por influência na África Ocidental. Durante a cimeira da CPLP em 2010, Angola manifestou seu compromisso com a restauração da ordem política e institucional na Guiné-Bissau, ao convocar uma conferência de países doadores e ao oferecer apoio para a estabilização do país. O gesto foi bem recebido pelo governo guineense, que expressou o desejo de estabelecer uma “relação estratégica” com Angola, demonstrando a importância da

intervenção angolana no fortalecimento das relações bilaterais e no reforço de sua posição como ator relevante na segurança africana.

A participação de Angola na CEDEAO, particularmente no que se refere à Reforma do Setor de Segurança (RSS) na Guiné-Bissau, reflete sua atuação proactiva para promover a paz e a estabilidade na África Ocidental. O país, ao lado de outros membros da CPLP, como o Brasil, Cabo Verde e Portugal, discutiu com a CEDEAO soluções para a crise política na Guiné-Bissau, fortalecendo sua posição de liderança na região. A presença de Angola nessas reuniões e sua contribuição para os processos de reforma do setor de segurança da Guiné-Bissau posicionam o país como um ator chave para a estabilidade regional.

Portanto, a intervenção de Angola na Guiné-Bissau e sua participação nas operações da UA e da CEDEAO vão além de um simples engajamento em operações multilaterais; representam uma estratégia diplomática e de segurança mais ampla, em que Angola se afirma como um elemento fundamental para a estabilidade política e a segurança regional, consolidando sua influência em contextos estratégicos, particularmente na África Ocidental. Segundo Pintinho afirma que:

Mesmo que o acordo bilateral que regula a implementação da MISSANG não tenha sido tornado público, esta missão oferece de facto uma proteção às autoridades civis face aos militares guineenses. O fato de a missão ter sido baseada no Bissau Palace Hotel, hotel adjacente ao novo Palácio do Governo, o complexo administrativo do Primeiro-ministro, é, portanto, frequentemente evocado pelos observadores. De recordar que após a agitação de dezembro de 2011, foi na embaixada de Angola, situada perto da sua residência, que o Primeiro-ministro se abrigou. A MISSANG tenta assim ser tudo para todos: a promessa de auxílio ao invés da ameaça para os militares guineenses; a garantia de segurança para as autoridades e a esperança de uma reforma para a comunidade internacional. Numa situação muito indecisa, a intervenção angolana permitiu assim aos diferentes intervenientes a redução das incertezas e a continuidade do jogo (Pintinho, 2014, p. 56).

A MISSANG, perante aos olhos do governo angolano nunca teve a intenção de ameaçar ou causar algum constrangimento aos militares guineenses, muito pelo contrário, foi mais como um auxílio para salvaguardar e proteção às autoridades civis.

Segundo Infande (2016, p. 42), “o golpe militar de 12 de abril de 2012 não trouxe benefícios para a Guiné-Bissau, mas foi motivado pela atuação de Carlos Gomes Jr., que trouxe militares angolanos para facilitar seus negócios, o que acabou por gerar a revolta dos militares guineenses”.

No âmbito legislativo, para além das missões tradicionais, as Forças Armadas Angolanas (FAA) são incumbidas de participar em missões internacionais, nomeadamente nos sistemas de defesa coletiva. No futuro, é expectável que as FAA

ampliem a sua atuação, com a participação em missões de apoio à política externa, designadamente por meio da integração em estruturas de gestão de crises, em missões de natureza humanitária e em operações de manutenção da paz, no quadro das organizações das quais Angola é Estado-membro, incluindo a vertente mais africanista da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Bernardino, 2015, p. 172).

As Forças Armadas Angolanas (FAA) desempenham um papel importante nas operações de ajuda humanitária, demonstrando seu compromisso com a solidariedade regional e internacional, especialmente em momentos de crise. Sua atuação em missões de assistência em resposta a desastres naturais, como o ciclone Idai, em 2019, é um exemplo claro do engajamento de Angola em ações que visam mitigar os efeitos de calamidades e apoiar as populações afetadas. O envio de 52 toneladas de medicamentos e material gastável para Moçambique reflete não só a capacidade logística das FAA, mas também seu envolvimento em um esforço coletivo de apoio a países vizinhos, destacando a importância da colaboração entre os países africanos.

Além disso, as FAA participam de operações de apoio à paz, alinhadas aos protocolos e compromissos de Angola com organizações internacionais como a ONU, União Africana (UA), SADC, CEEAC e CEDEAO. Estas operações são voltadas para a estabilização de países em conflito, o restabelecimento da ordem e a promoção da segurança regional, com a presença de tropas angolanas em diversas missões de manutenção de paz no continente. O envolvimento das FAA em missões multilaterais, como o apoio à paz e à segurança em países da África Ocidental e Central, é uma forma de Angola reforçar sua imagem de liderança no continente e solidificar sua posição como um ator muito importante nas questões de segurança e estabilidade africana. O autor Júnior afirma que:

Quando as Forças Armadas Angolanas estavam a fazer a guerra em Angola, elas intervieram na África Central (República do Congo Brazzaville e na República do Zaire). Essas intervenções militares, em parceria com a Namíbia e o Zimbábue, contribuíram para estabilização política da África Central e foram a prova da disponibilidade do Estado angolano em relação à paz e à segurança desta região em concreto. E isto constituiu, de maneira inequívoca, a demonstração de que o Estado angolano mais as suas Forças Armadas estão disponíveis a emprestar o seu melhor do ponto de vista da paz e segurança regionais, quer no âmbito da União Africana quer das Organizações Regionais (África Central e África Austral). Aliás, no presente, esforços têm sido congregados no sentido de se garantir a paz e a segurança. No entanto, a arquitetura de um sistema de segurança e paz implica olhar para duas direções: segurança nacional e segurança regional. Fica difícil contribuir para a segurança regional quando não se valoriza a segurança nacional (Júnior, 2017, p. 3).

A intervenção das Forças Armadas Angolanas (FAA) em conflitos regionais, especialmente na África Central, tem gerado controvérsias, principalmente considerando que

Angola ainda estava em processo de consolidação de sua segurança interna após o fim da guerra civil em 2002. A necessidade de priorizar a segurança nacional sobre intervenções externas é um ponto legítimo, especialmente quando o país estava em um período de reconstrução. Em situações como essa, a preservação das forças armadas para defender o território e garantir a estabilidade interna é, sem dúvida, uma prioridade.

Entretanto, a participação das FAA em missões internacionais e em operações de ajuda humanitária reflete a política externa de Angola de se posicionar como um ator chave na manutenção da paz e estabilidade no continente africano. Apesar dos desafios internos, o país tem demonstrado seu compromisso com a segurança regional e com a paz, atuando em missões multilaterais e apoiando a recuperação de países afetados por crises, como é o caso da Guiné-Bissau e de Moçambique.

Em relação à capacidade bélica, as FAA destacam-se com um poder militar considerável no contexto africano. O *ranking* da *Global Fire Power* (2024) coloca Angola em uma posição de destaque, com uma força armada de aproximadamente 107.000 efetivos ativos, além de um número substancial de veículos blindados e uma frota aérea diversificada. Esse poder militar, aliado ao treinamento contínuo das tropas, tem assegurado que as FAA estejam preparadas para missões de apoio à paz e à defesa de seus próprios interesses estratégicos no continente.

No entanto, a reflexão sobre a prudência dessas intervenções é válida. Em tempos de instabilidade interna, o foco das forças armadas de um país deveria estar voltado para a segurança nacional, buscando equilíbrio entre a necessidade de engajamento em questões regionais e a preservação de sua própria estabilidade interna. A atuação de Angola em intervenções regionais deve, portanto, ser pensada de maneira estratégica, ponderando os custos e benefícios, tanto para a segurança interna quanto para a projeção do país no cenário africano.

Esta análise demonstra o poderio militar de Angola, refletindo tanto a sua capacidade de defesa quanto o compromisso do país com a estabilidade e segurança regional e internacional (GFP, online).¹⁰

De acordo com a visão de Bernardino (2015), para adaptar as Forças Armadas Angolanas (FAA) aos novos tempos e aos desafios transnacionais emergentes, a Política de Defesa Nacional de Angola tem delineado vetores estratégicos de intervenção, especialmente na integração militar regional. Assim, foram definidas as seguintes linhas de ação, visando a modernização da operacionalização das FAA e a sua inserção no contexto regional:

---

¹⁰ Disponível em: https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country_id=angola. Acesso em: 5 out. 2024.

- Consolidar e sustentar um modelo de profissionalização das Forças Armadas, garantindo a sustentabilidade a partir de recursos humanos profissionais e altamente qualificados. Este processo visa tornar a experiência operacional das FAA mais atrativa, contribuindo para a melhoria da sua capacidade de operação.
- Modernizar os equipamentos e as infraestruturas a fim de garantir a interoperabilidade¹¹ das FAA, adequando-as às novas missões, necessidades e exigências do cenário internacional e regional, nomeadamente, através da presença em missões militares internacionais. Nesse sentido, deve ser uma prioridade a revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas para fortalecer a intervenção de Angola na região no âmbito das Organizações Regionais Africanas (ORA) e das Organizações Internacionais. Esta revisão poderá alinhar a estratégia de defesa do país às novas dinâmicas de segurança e cooperação internacional, garantindo uma maior participação e influência de Angola nas questões de paz e segurança no continente africano e além;
- Efetivar e fomentar a Reestruturação da Estrutura Superior da Defesa Nacional, concretizando a reforma da legislação na área da defesa, nomeadamente, as Leis de Bases das Forças Armadas e o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, concorrendo para a valorização da condição militar e contribuindo para a desejada profissionalização das FAA;
- Dignificar a função militar, reconhecendo e valorizando a profissão militar no quadro das funções do Estado e incentivando (em termos financeiros, de prestígio e de valorização para a função e para a carreira) a participação nas missões de Forças Armadas Angolanas Destacadas;
- Garantir o sustento do orçamento da defesa nacional no sentido de definir uma política orçamental que assegure um investimento sustentado na área da defesa e das FAA, olhando para o cumprimento dos compromissos internacionais do Estado;
- Desenvolver táticas, técnicas e procedimentos, integrando doutrinas consentâneas com os contextos regionais de inserção militar, nomeadamente, no quadro das missões de operações de paz, ajuda humanitária e nas operações de resposta a crises;

---

¹¹A interoperabilidade é a capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto (interoperar), de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais interagem para trocar informações de maneira eficaz e eficiente.

- Ocupar os cargos militares nas estruturas das ORA, permitindo interagir e acompanhar os desenvolvimentos em matéria de segurança e defesa regional;
- Apostar na formação de quadros e capacitá-los para desenvolverem funções de Estado-Maior e de observador ou assessor militar nas alianças regionais de defesa ou no quadro das Nações Unidas (Bernardino, 2015, p. 173-74).

5 ANGOLA NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Em janeiro de 2015, Angola ocupou um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, obtendo 190 votos a favor, um feito inédito para o país e uma conquista significativa em uma organização que existe desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O apoio decisivo da União Africana, da qual Angola é membro, foi crucial para essa vitória, refletindo o compromisso do país com as missões de paz no continente africano. O autor Almeida (2015), afirma que:

Como Angola se mostra como um país onde o desenvolvimento económico, apesar de estar em inflexão, em parte devido à baixa do preço do crude – é uma boa altura para Angola diversificar, ainda mais, a sua economia – ainda é um fator a ter em conta e por ser um país que saiu de vários e sérios conflitos, principalmente internos; e por ser considerado, no seio da União Africana, como um exemplo para a consolidação da paz e estabilizador no continente, perspectiva-se que a posição e voz de Angola no Conselho de Segurança possa ser uma mais-valia não só para o continente como para o desenvolvimento do mundo lusófono no seio da ONU, podendo ser visto como o país do contacto (Almeida, 2015, p. 7).

Nessa posição, o país aumenta a sua relevância tanto anível mundial quanto regional. Para os PALOP, o país poderia servir de seu porta voz dentro da ONU.

De acordo com Almeida (2015), enquanto membro do Conselho de Segurança da ONU, Angola comprometeu-se a realizar várias atividades, para partilhar a sua experiência de pacificação e reconciliação interna e externa. O país também se posicionou como defensor de uma maior prevenção de conflitos, com destaque para questões em discussão na República Centro-Africana, na República Democrática do Congo, no Mali, no Saara, na Líbia e, atualmente, na Nigéria. Esses temas fazem parte da agenda da Política Externa Angolana voltada para o continente africano.

No contexto da sua atuação no Conselho de Segurança da ONU, a República de Angola desempenhou um papel fundamental em várias missões de paz, incluindo em países como Guiné-Bissau, República Centro-Africana, Chade, Congo, na região dos Grandes Lagos, entre

outros. A entrada de Angola neste organismo internacional funcionou como um marco para a afirmação do país em questões de paz e segurança no continente, consolidando as Forças Armadas Angolanas (FAA) como uma das principais forças de atuação em segurança coletiva, dentro dos blocos regionais dos quais o país faz parte, com maior ênfase para a SADC. Como destaca Bernardino (2015, p. 173), “A Política de Defesa Nacional Angolana vem sendo definida como vetores de intervenção estratégica na intercessão militar regional.”

De acordo com o artigo 207.º da Constituição da República de Angola (CRA) de 2010, as Forças Armadas Angolanas (FAA) têm como tarefa fundamental a defesa militar do país. Estas forças encontram-se organizadas com base nos princípios de hierarquia, disciplina e obediência aos órgãos de soberania competentes, estando sob a autoridade suprema do Presidente da República, que exerce a função de Comandante-em-Chefe. A atuação das FAA deve observar os preceitos da Constituição, as leis nacionais e as convenções internacionais das quais Angola seja parte.

As FAA têm desempenhado um papel crucial na consolidação da Política Externa de Segurança e Defesa (PEA), contribuindo significativamente para o fortalecimento da governança do Estado e para a proteção do país contra ameaças e agressões externas. Sua atuação é ampla e integrada, abrangendo operações em terra, no ar e no mar, com o objetivo de proteger os interesses nacionais e garantir a soberania de Angola.

No cenário regional, a presença das FAA tem sido marcante, assumindo um papel ativo na proteção das fronteiras de Angola e na mediação de conflitos em países como o Congo e o Gabão. Essas ações demonstram o comprometimento do país com a estabilidade regional e refletem o pragmatismo da Política Externa de Segurança e Defesa, alinhada ao compromisso com a segurança coletiva e a paz internacional.

A participação da República de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança Africana representa, no atual contexto subsaariano, o exemplo da procura de afirmação de uma potência regional em ascensão, que através de uma Política Externa participativa, influente e de compromisso, aposta numa dualidade estratégica de equilíbrio, em que as Forças Armadas Angolanas são empregues como instrumento de cooperação militar regional e de resolução de conflitos no seu espaço de interesse conjuntural, num quadro geopolítico em que a república de Angola se constitui como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Bernardino, 2015, p. 16).

Embora Angola procure consolidar-se como uma potência regional, utilizando as Forças Armadas Angolanas (FAA) como instrumento de cooperação militar e mediação na resolução de conflitos, observa-se uma lacuna significativa no âmbito interno. As políticas governamentais têm-se mostrado insuficientes para atender às necessidades básicas da

população, deixando muitos cidadãos desamparados e sem acesso a uma vida com qualidade. Esta situação é agravada pelo fato de o investimento governamental privilegiar a área de segurança em detrimento de setores fundamentais para o bem-estar da população, como educação, saúde e infraestrutura.

Apesar destas contradições, é inegável que Angola obteve ganhos estratégicos ao participar ativamente na resolução de conflitos regionais e continentais. O país alcançou um lugar de destaque como uma força motora pela paz e estabilidade em África, fortalecendo a sua posição no cenário internacional e promovendo uma imagem de liderança em questões de segurança e cooperação militar no continente.

6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ESTADO ANGOLANO

A Política Externa Angolana (PEA) na área de segurança demonstra um caráter pragmático, centrado no objetivo de “responder de forma mais eficaz à prevenção, gestão e resolução de conflitos, bem como à construção da paz em África” (Badmus, 2015; AU, 2002). Este propósito reflete o compromisso do Estado angolano, em articulação com as suas Forças Armadas (FAA), de assumir as responsabilidades e compromissos esperados de um *player* regional. No entanto, Angola enfrenta desafios significativos que limitam a plena realização dos seus objetivos estratégicos na segurança e defesa.

Angola, ao superar um prolongado conflito civil, ganhou prestígio e influência em diversas associações regionais e internacionais. Contudo, permanece com obstáculos importantes, como a insuficiência tecnológica, que restringe a modernização do sistema de defesa nacional. Essa limitação é notável em comparação com países como África do Sul, Egito, Argélia, Nigéria e Etiópia, que possuem sistemas de defesa mais avançados. Apesar disso, Angola foi designada para criar um Centro de Excelência de Operações de Paz de nível tático, o que representa uma oportunidade de consolidar o seu papel de ator importante em matérias de segurança regional em África (Bernardino, 2015). Essa incumbência evidencia o empenho do governo angolano em contribuir ativamente para a paz e a estabilidade no continente.

No campo diplomático, Angola tem defendido reformas na governança global, em especial no alargamento dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com destaque para a inclusão de um representante africano, de forma a refletir melhor os interesses do continente. O discurso do Presidente João Lourenço na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018, demonstrou o seu apoio ao Brasil como representante sul-americano

a este importantíssimo organismo internacional.

No contexto global, observa-se uma crescente influência dos países com significativo poder bélico, que frequentemente moldam o equilíbrio de poder regional e global. Neste cenário, Angola, por meio de uma abordagem pragmática, busca integrar-se no grupo de nações com influência militar regional. O seu envolvimento em missões de paz no continente africano, aliado ao apoio da União Africana para a criação de mecanismos de reforço da segurança regional, fortalece a posição de Angola como um ator relevante para a promoção da estabilidade e da segurança em África.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, em toda a discussão vertida supra, ficou claro que a República de Angola tem demonstrado uma política externa envolvente e ativa¹² no contexto regional e internacional, alicerçada na participação em organizações como a União Africana (UA), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), além de uma presença significativa no Golfo da Guiné e como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS da ONU).

Apesar de não dispor dos mais avançados recursos militares, Angola tem se destacado ao operacionalizar missões de paz e ações de ajuda humanitária, consolidando-se como uma das principais forças pacificadoras da região. A Política Externa Angolana (PEA) evidencia um pragmatismo estratégico, no qual as Forças Armadas Angolanas (FAA) são mobilizadas como uma ferramenta central para abordar questões de segurança, resolver conflitos e promover a paz. Este enfoque reflete o compromisso de Angola em garantir a estabilidade interna, fortalecer as relações regionais e contribuir para a segurança no continente africano. A trajetória angolana ganhou relevância especialmente após a superação do seu prolongado conflito civil, transformando-se em um exemplo para outras nações africanas. Este histórico fortaleceu sua posição como ator relevante no cenário internacional, particularmente no CS da ONU, e como parceiro estratégico em questões regionais. Projeções indicam que, até 2050, Angola poderá

---

¹² A política externa ativa e ativa distingue-se por rejeitar uma abordagem passiva ou subordinada nas relações internacionais. É ativa porque defende a capacidade de adotar posições independentes, mesmo que isso contrarie os interesses de outras nações. Além disso, é ativa, pois não se restringe a responder a acontecimentos, mas assume uma postura proactiva, promovendo iniciativas, agendas e temas que reflitam os seus interesses e objetivos estratégicos no cenário global (Amorim, 2014).

consolidar-se como a principal força de atuação regional em questões de segurança.

No plano interno, as FAA desempenham um papel central na segurança nacional, com reflexos diretos nas operações além-fronteiras. A sua atuação em colaboração com países vizinhos, como a República do Congo, a República Democrática do Congo, a Namíbia e o Zimbábue, é essencial para a defesa das fronteiras angolanas. A problemática da situação da província de Cabinda é um bom exemplo que ilustra a importância estratégica das FAA na consolidação da política e diplomacia angolanas.

No âmbito da CPLP, Angola tem demonstrado solidariedade e compromisso com a segurança coletiva, destacando-se pela criação da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), em 2011. Este esforço visou modernizar as Forças Armadas guineenses e fortalecer as instituições daquele país, evidenciando o papel de Angola como um ator comprometido com a estabilidade e o desenvolvimento militar de outras nações africanas. Essa postura reafirma a importância crescente de Angola como parceiro militar e diplomático na região e além dela.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **ANGOLA**. ACNUR em Angola trabalha em estreita colaboração, coordenação e diálogo com o Governo, [2017]. Disponível em: <https://www.acnur.org/pais/angola>. Acesso em: 12 de ago. de 2024.

ALMEIDA, Eugénio da Costa. **Angola: potência regional em emergência**. 1. ed. Lisboa: Colibri Ed., 2011.

ALMEIDA, Eugénio Costa. **O papel da união africana na segurança em África: do mar mediterrâneo ao cabo**. *Proelium*, Lisboa, v. 7, pt. 9, n. 10, p. 129-140, jun, 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/proelium/article/view/8918>. Acesso: 26 de out de 2022.

ALMEIDA, Eugénio Costa. A participação de Angola no Conselho de Segurança da ONU e a sua contribuição para a arquitectura de paz e segurança africana. *In: CONFERÊNCIA - ANGOLA NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, DESAFIOS E OPORTUNIDADES*, 2015, Lisboa. *Anais[...]*. Lisboa: Iscte, 2015. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8598/1/Almeida_Angola.pdf. Acesso em: 22 de out. 2024.

ANGOLA. Constituição de 2010. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Assembleia Nacional. Disponível em: https://mtti.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/constituicao_da_republica_de_angola.pdf. Acesso em: 22 de ago. de 2024.

BERNARDINO, L. M. B. **O novo paradigma da segurança na África: a estratégia**

securitária regional angolana. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Brasil, v. 2, n. 1, p. 168-184, jun, 2015. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/51065>. Acesso em: 24 out. 2024.

BIEL DE LUANDA. João Lourenço, distinguido com o título de "Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação em África". *In*: FÓRUM PAN-AFRICANA PARA A CULTURA DE PAZ, 2023, Luanda. **Anais** [...]. Luanda: Biel, 2023. Disponível em: <https://www.bienaldeluanda.gov.ao/presidente-da-republica-designado-campeao-para-a-reconciliacao-e-paz-em-africa#>. Acesso em: 11 de ago. 2024.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A REGIÃO DOS GRANDES LAGOS. **Protocolo para a prevenção e repressão do crime de genocídio, de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, bem como toda forma de discriminação**. Disponível em: https://ungreatlakes.unmissions.org/sites/default/files/protocolo_pour_la_prevention_du_genocide_en_portugais.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2024.

EURONEWS. O Golfo da Guiné é a zona marítima mais perigosa do mundo. **EURO NEWS**, Lisboa, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2021/01/12/golfo-da-guine-e-a-zona-maritima-mais-perigosa-do-mundo>. Acesso em: 21 de ago. de 2024.

FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS. *In*: MISSÃO DE APOIO À PAZ E AJUDA HUMANITÁRIA, 2024, Luanda. **Anais** [...]. Luanda, FAA, 2024. Disponível em: <https://faa.ao/pagina/missoes-apoio>. Acesso em: 28 jul. 2024.

INFANDE, Beto. **Geopolítica africana na Guiné-Bissau: a presença de Angola e Nigéria na crise política de abril de 2012**. 2016. Monografia (Graduação em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2016. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/653/1/2016_mono_binfande.pdf. Acesso em 15 de ago de 2024.

JUNIOR, Miguel. A posição de Angola na arquitetura de paz e segurança africana. Análise da função estratégica das forças armadas angolanas. **Revista militar**, Lisboa, v. 0, pt 0, n.º 2585/2586, p. 623-625, jul, 2017. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/1258>. Acesso em: 26 de out de 2020.

MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *In*: Princípios da política externa da república de Angola, 2024, Luanda. **Anais** [...]. Luanda, Mirex. Disponível: <https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/#!/politica-externa/politica-externa>. Acesso em: 20 de jul. 2024.

NADER. Adalberto. **Conselho de segurança e o papel no século XXI: ONU por um mundo uno**. Curitiba; Editora: Curitiba juruá; 2011.

ONU NEWS. **Tratado para o controlo de armas em África entra em vigor em março**. [2017]. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/02/1577391>. Acesso em 20 de ago de 2024.

PEDRO, Doriana Patrícia de Aragão Nunes. **Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas: 2015-2016**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais) -

Universidade Lusíada, Lisboa, 2018. Disponível em:
http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/3831/1/mia_doriana_pedro_dissertacao.pdf.
Acesso em: 27 de out de 2020

PINTINHO, Zeferino Cariço André. **A política externa angolana no processo de reforma das forças armadas da Guiné-Bissau**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais e Estudos Europeus) - Universidade de Évora, Évora, 2018. Disponível: <http://www.rdp.uevora.pt/handle/10174/10869>. Acesso em: 15 de jul de 2024.

ROGÉRIO, Ampe. Idai. Governo angolano reforça ajuda humanitária às populações afetadas em Moçambique. **Observador**, Lisboa, 25 mar. 2019. Disponível em:
<https://observador.pt/2019/03/25/idai-governo-angolano-reforca-ajuda-humanitaria-as-populacoes-afetadas-em-mocambique/>. Acesso em: 29 de jul. de 2024.

SANTOS, Luís Ivaldo Villafañe Gomes. **A arquitetura de paz e segurança africana**. 1ª ed. Brasília, DF; Editora: FUNAG, 2011. Disponível em:https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-54-arquitetura_de_paz_e_seguranca_africana_a. Acesso em: 20 de out de 2020.

SOARES, Cristina. Angola apoia Moçambique após ciclone. **Rádio França Internacional**, Lisboa, 25 mar. 2019. Disponível: <https://www.rfi.fr/pt/mocambique/20190325-angola-apoia-e-ajuda-mocambique-apos-ciclone-beira-idai>. Acesso em: 29 de jul. de 2024.

SERPA, Rafaela Pinto. **A união africana e o gerenciamento de conflitos no continente: a arquitetura de paz e segurança africana (apsa)**. 2017. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em:<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187593>. Acesso: 19 de out. de 2020.

SILVA, Neusa; MONTEIRO, João Peseiro. Angola e São Tomé e Príncipe com desafios comuns no Golfo da Guiné. **Euro News**, Lisboa, 11 maio de 2022. Disponível em:<https://pt.euronews.com/2022/05/11/angola-e-sao-tome-e-principe-com-desafios-comuns-no-golfo-da-guine>. Acesso em: 23 de ago. de 2024.